



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0303/2022

Processo nº 2021 – 3B87V - SERP
Pregão nº 748/2021

Pelo presente instrumento, o Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, legalmente pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde o **Sr. JOSÉ MARIA JUSTO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.032.002 e inscrito no CPF sob o nº 022.789.837-09, designado pelo Decreto Estadual nº 222-S, de 11/02/2022 e publicado no DIO de 14/02/2022, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – INSUMOS DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA INSULINODEPENDENTES – SERP**, sob nº. **748/2021**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **MONACO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA (CNPJ: 29.010.039/0001-71)**, localizada na Rua Areobaldo Bandeira, 106, loja 02, Bonfim, Vitória – ES, CEP 29047-025, neste ato representada pelo **Sr. RAFAEL FIGUEIREDO PALMEIRA**, portador da **Carteira de Identidade OAB/ES 25.754** e inscrito no **CPF sob o nº 130.464.937-70**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1-DO OBJETO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital.
- 1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:
 - a) Anexo A – Especificação dos preços;
 - b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
 - c) o Edital e todos os seus Anexos;
 - d) a Proposta Comercial da Contratada.
 - e) ANEXO I – Relatório de Programações requisitadas;
 - f) ANEXO II – Relatório de Endereço de local de entrega;
 - g) ANEXO III – Relatório de Despesa orçamentária.

2 - DO PREÇO

- 2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.
- 2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.
- 2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:
 - 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
 - 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- 3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação. A despesa orçamentária dos municípios participantes do processo constam no Anexo III – Relatório de Despesa Orçamentária.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

9.2 - Os produtos serão entregues em dias úteis nos locais de entrega dos órgãos participantes da Ata, conforme o ANEXO II – Relatório de endereço de entrega.

9.3 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio".





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.4 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

9.5 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.5.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.5.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 - O prazo de validade dos produtos fornecidos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua entrega.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os produtos de acordo com as condições, na íntegra do edital, e se responsabilizar pelo período de validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) advertência;

b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

- As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF/SERP**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

a) **GESTOR - LILIAN CRISTO DE OLIVEIRA SOARES** - Farmacêutica - SESA/GEAF/SERP - matrícula 421286 - geaf.serp@saude.es.gov.br - (27) 3636-8359.

b) **FISCAL** - A fiscalização da execução da Ata pelos municípios é exercida pelos Coordenadores Municipais da Assistência Farmacêutica, pela Gerência Estadual da Assistência Farmacêutica é exercida por **VICTOR MEIRELES SOARES** - Farmacêutico - SESA/GEAF/NACD - matrícula 3558088 - victorsoares@saude.es.gov.br - (27)3636-8410.

17.2-A fiscalização da execução da Ata pelas Instituições Estaduais é exercida por: .

CREFES - Fiscal: Juliana de Almeida - Farmacêutico - SESA/CREFES - Matrícula: 2894084

DSPM - Fiscal: Humberto Nunes de Moraes Junior - SESA/DSPM

HEAC - Fiscal: Flavio Nascimento Ottoni - Farmacêutico - SESA/HEAC - Matrícula: 3330133

HJSN - Fiscal: Vitor Augusto Ovani - Farmacêutico - SESA/HJSN

HMSA - Fiscal: Jane Guidoni Senda - Farmacêutico - Matrícula 1550.152.52.

HPF - Fiscal: Marta Inês Brunelli Carreta - Farmacêutico - SESA/HPF



Evandro Régis Lamberti
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

HSJC – Fiscal: Erika Rezende Rafael – Farmacêutico – SESA/HSJC – Matrícula: 3949559/1

UIJM – Fiscal: Renan Minette de Oliveira – Farmacêutico – SESA/UIJM – Matrícula: 3609650

18-DO FORO

18.1-Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em via de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde
Contratante

RAFAEL FIGUEIREDO PALMEIRA – CPF: 130.464.937-70

MONACO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA
Contratada





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – INSUMOS DO COMPONENTE BÁSICO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA INSULINODEPENDENTES – SERP, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
2	244859	1	SERINGA DESCARTAVEL PARA INSULINA; SEM DISPOSITIVO DE SEGURANCA; CAPACIDADE 1ML/100UI; GRADUACAO/ESCALA: ESCALA EXTERNA VISIVEL GRADUADA DE 2 EM 2 UNIDADES; COM AGULHA FIXA (INTEGRADA) DE 8MM/0,30MM (30G) SEM ESPACO MORTO EM ACO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, NIVELADA, COM BISEL TRIFACETADO, POLIDA CILINDRICA. ACABAMENTO: ACABAMENTO PERFEITO QUE PERMITA MOVIMENTO LIVRE E SUAWE DO EMBOLO EM TODO O PERCURSO COM AJUSTE PRECISO; SEM VOLUME RESIDUAL; PROPRIEDADES FISICAS: ATOXICA; APIROGENICA; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA GARANTINDO INTEGRIDADE E ESTERILIDADE DURANTE O ARMAZENAMENTO ATE O MOMENTO DO USO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NUMERO LOTE/SERIE, CONDICOOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCOES CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES; LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	10.131.682

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

2 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

2.1 Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - São obrigações da **CONTRATANTE**:

3.1.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

3.1.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

3.1.3 - designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

3.2 - São obrigações da **CONTRATADA**:

3.2.1 - entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

3.2.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

3.2.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

3.2.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

3.2.5 - Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

4 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

4.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

4.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme detalhamento do objeto.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- 4.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.
- 4.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:
- 4.4.1 - Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA COM QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE ADESÃO.

As quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses e as especificações completas de cada lote estão discriminados no Anexo I Relatório de Programações requisitadas.

5-DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 5.1- Para tornar mais eficiente o gerenciamento dos recursos financeiros do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foi criado o **Sistema Estadual de Registro de Preço (SERP)** com o objetivo de adquirir os medicamentos básicos de forma centralizada, otimizando a aplicação de recursos financeiros, reduzindo gastos na compra de medicamentos e insumos fornecidos pelos municípios.

Nesse contexto, informo que a programação (quantitativo) anual dos insumos, assim como o gerenciamento dos recursos, tais como execução da ata, o recebimento dos medicamentos e pagamento ao fornecedor é responsabilidade dos Municípios.

Diante do exposto, informo que a fiscalização da execução das atas é exercida pelos Coordenadores Municipais da Assistência Farmacêutica, assim como, nos demais órgãos que participarem do processo, a fiscalização é designada no próprio local, e, que diante de alguma irregularidade reportam-se ao gestor da ata.

- 5.2. A aceitação dos produtos será certificada pelo serviço de Farmácia ou servidor designado, mediante atesto na nota fiscal, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.
- 5.3. A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente.
- 5.4. O fiscal deve prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.
- 5.5. O fiscal deve notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.
- 5.6. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.
- 5.7. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.
- 5.8. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6-CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FORNECIMENTO.

- 6.1. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.
- 6.2. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.
- 6.3. Os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

6.4. Os produtos deverão ser entregues no Almoarifado dos Municípios na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade entregue.

6.5. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Os produtos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os produtos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

6.6. Todos os produtos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

6.7. As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

6.8. De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0303/2022

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0303/2022**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº 748/2021**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
2	244859	1	SERINGA DESCARTAVEL PARA INSULINA; SEM DISPOSITIVO DE SEGURANCA; CAPACIDADE 1ML/100UI; GRADUACAO/ESCALA: ESCALA EXTERNA VISIVEL GRADUADA DE 2 EM 2 UNIDADES; COM AGULHA FIXA (INTEGRADA) DE 8MM/0,30MM (30G) SEM ESPACO MORTO EM ACO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, NIVELADA, COM BISEL TRIFACETADO, POLIDA CILINDRICA. ACABAMENTO: ACABAMENTO PERFEITO QUE PERMITA MOVIMENTO LIVRE E SUAVE DO EMBOLO EM TODO O PERCURSO COM AJUSTE PRECISO; SEM VOLUME RESIDUAL; PROPRIEDADES FISICAS: ATOXICA; APIROGENICA; EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA GARANTINDO INTEGRIDADE E ESTERILIDADE DURANTE O ARMAZENAMENTO ATE O MOMENTO DO USO; ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NUMERO LOTE/SERIE, CONDICOOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUCCOES CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES; LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. MARCA: DESCARPACK FABRICANTE/DETENTOR DO REGISTRO: DESCARPACK DESCARTAVEIS DO BRASIL LTDA.	UNIDADE	10.131.682	0,2734	2.770.001,86

VALOR TOTAL R\$ 2.770.001,86

REPRESENTANTE: **MONACO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA (CNPJ: 29.010.039/0001-71)**, localizada na Rua Areobaldo Bandeira, 106, loja 02, Bonfim, Vitória – ES, CEP 29047-025, neste ato representada pelo **Sr. RAFAEL FIGUEIREDO PALMEIRA**, portador da **Carteira de Identidade OAB/ES 25.754** e inscrito no **CPF sob o nº 130.464.937-70**.



RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde

Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

INSUMO	UNIDADE	AGUIA BRANCA	ALEGRE	ALFREDO CHAVES	ALTO RIO NOVO	APIACÁ	ARACRUZ	ATÍLIO VIVÁQUA	BAIXO GUANDU	BOA ESPERANÇA	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	CARIACICA	CASTELO	COLATINA	CONCEIÇÃO DA BARRA	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	DOMINGOS MARTINS	ECOPORANGA
MICROLANCETAS ESTÉREIS	UNID	40000	0	80000	60000	100000	500000	50000	500000	60000	0	4000000	80000	500000	80000	25000	100000	350000
SERINGA PARA INSULINA 8MMX0,30MM 100UI	UNID	0	100000	0	50000	100000	500000	0	10000	80000	120000	2400000	20000	250000	0	0	0	0

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde

Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

INSUMO	UNIDADE	FUNDÃO	GUARAPARI	GUAÇUÍ	IBIRAÇU	IBITIRAMA	ICONHA	ITAGUAÇU	ITAPEMIRIM	JAGUARÉ	JOÃO NEIVA	LARANJA DA TERRA	MANTENÓPOLIS	MIMOSO DO SUL	MONTANHA	MUNIZ FREIRE	MUQUI	NOVA VENÉCIA
MICROLANCETAS ESTÉREIS	UNID	500000	600000	0	200000	1000	100000	20000	30000	100000	200000	200000	45000	300000	500000	70000	60000	50000
SERINGA PARA INSULINA 8MMX0,30MM 100UI	UNID	0	150000	20000	0	3000	60000	0	30000	15000	151000	100000	70000	400000	250000	0	0	100000

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

INSUMO	UNIDADE	PEDRO CANÁRIO	PIÚMA	PRESIDENTE KENNEDY	RIO BANANAL	RIO NOVO DO SUL	SANTA MARIA DEJETIBÁ	SANTA TEREZA	SERRA	SOORETAMA	SÃO DOMINGOS DO NORTE	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	SÃO ROQUE DO CANAÁ	VARGEM ALTA	VENDA NOVA DOIMIGRANTE	VIANA	VILA PAVÃO	VILA VALÉRIO
MICROLANCETAS ESTÉREIS	UNID	100000	300000	100000	30000	200000	250000	100000	280000	100000	0	60000	80000	130000	80000	500000	100000	20000
SERINGA PARA INSULINA 8MMX0,30MM 100UI	UNID	40000	0	0	30000	30000	0	0	230000	50000	30000	60000	0	50000	0	400000	60000	0

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde

Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

INSUMO	UNIDADE	CREFES	DSPM	HEAC	HJSN	HMSA	HPF	HSJC	UIJM	TOTAL
MICROLANCETAS ESTÉREIS	UNID	3600	0	1000000	30000	160000	5000	84000	50000	20755600
SERINGA PARA INSULINA 8MMX0,30MM 100UI	UNID	2000	12000	35000	6000	60000	1500	25182	40000	10131682

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



**ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA**



Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
01	ÁGUA DOCE DO NORTE	RUA JOSE MERÇON VIEIRA , nº 230, CENTRO, CEP:29820000
02	AGUIA BRANCA	RUA JORGE ELIAS HITTE , nº 185, CENTRO,EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, CEP:29795000
03	ALEGRE	RUA MONSENHOR PAVESI , nº 116, CENTRO,CÍRCULO DE OPERÁRIOS, CEP:29500000
04	ALFREDO CHAVES	ESTRADA PRINCIPAL , nº 268, CENTRO,SECRETARIA DE SAÚDE, CEP:29240000
05	ALTO RIO NOVO	RUA JOSÉ TOMÁZABILIO MARCIANO CHRISTO , nº 454, SANTA BARBARA, CEP:29760000
06	APIACÁ	RUA JOÃO TENENTE , nº 4, CENTRO,AO LADO DA SECRETARIA DE SAÚDE, CEP:29450000
07	ARACRUZ	RUA CATARINA SAGRILLO CUZZUOL , nº 0, BELA VISTA,PROXIMO A PRACINHA DO BAIRRO BELA VISTA, CEP:29192030
08	ATÍLIO VIVÁCQUA	PRAÇA JOSÉ LOPES VALENTIM , nº 2, CENTRO, CEP:29490000
09	BAIXO GUANDU	AV. CARLOS DE MEDEIROS , nº 150, CENTRO,PRÓXIMO PRAÇA GETÚLIO VARGAS (PRAÇA DO JARDIM), CEP:29730000
10	BOA ESPERANÇA	ESTRADA PRINCIPAL , nº 461, CENTRO, CEP:29845000
11	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	RUA 25 DE MARÇO , nº 73, CENTRO,ESTABELECIMENTO DE SAÚDE, CEP:29300100
12	CARIACICA	RUA CURITIBA, SEM NUMERO , nº 0, RIO BRANCO,ATRAS DO ESTÁDIO KLEBER ANDRADE, CEP:29147712
13	CASTELO	RUA JOSÉ ALVES RANGEL , nº 52, SANTO ANDREZINHO ,EM FRENTE A SECRETARIA DE SAUDE, CEP:29360000
14	COLATINA	RUA PEDRO EPICHIM - ATÉ 327 - LADO ÍMPAR , nº 188, CENTRO,1º ANDAR, CEP:29700023
15	CONCEIÇÃO DA BARRA	RUA FAUSTINO LISBOA , nº 220, CENTRO, CEP:29960000
16	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	AV PEDRO BATISTA DE AGUIAR , nº 123, SANTA CRUZ,FARMACIA BASICA, CEP:29590000
17	DOMINGOS MARTINS	RUA BERNADINO MONTEIRO , nº 178, CENTRO, CEP:29260000
18	ECOPORANGA	RUA JOSÉ DA CRUZ , nº 0, IMBURANA,PREDIO, CEP:29850000
19	FUNDÃO	AV CESAR PEGORETTI , nº 0, OZEIAS, CEP:29185000
20	GUAÇUÍ	AVENIDA MARECHAL FLORIANO , nº 86, CENTRO,AO LADO DO CORREIO, CEP:29560000
21	GUARAPARI	RUA JOSIAS CERUTTI , nº 626, PRAIA DO MORRO,GALPÃO COM PORTÃO CINZA, CEP:29216600
22	IBIRAÇU	RUA MARTIN PESCADOR , nº 0, ERICINA, CEP:29670000
23	IBITIRAMA	RUA OTAVIO SCHWARTZ , nº 53, CENTRO, CEP:29540000

**ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA**



Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
24	ICONHA	RUA MUNIZ FREIRE , nº 65, CENTRO, EM FRENTE A PRACINHA CENTRAL, CEP:29280000
25	ITAGUAÇU	RUA: JOSE THEODORO DE ANDRADE , nº 37, CENTRO, CEP:29690000
26	ITAPEMIRIM	RUA PADRE OTAVIO MOREIRA , nº 338, JARDIN PAULISTA, CEP:29335000
27	JAGUARÉ	RUA JOANA MUCHILIN SCABELO , nº 933, MATA ATLANTICA, CEP:29950000
28	JOÃO NEIVA	AVENIDA NEGRI ORESTES , nº 190, CENTRO, PAVIMENTO 1 - LADO ESQUERDO, CEP:29680000
29	LARANJA DA TERRA	AVENIDA GERMANO STABENOW , nº 0, CENTRO, UNIDADE MISTA DE SAÚDE SÃO JOÃO BATISTA, CEP:29615000
30	MANTENÓPOLIS	RUA PIMENTA , nº 80, CENTRO, ATRÁS DA IGREJA MATRIZ, CEP:29770000
31	MIMOSO DO SUL	RUA DOUTOR JOSE COELHO DA SILVA , nº 19, CENTRO, PROXIMO A SUBIDA DO HOSPITAL,
32	MONTANHA	AV. DOS COMBONIANOS , nº 1350, IRMA MARIA ZELIA PRUDENTE, AO LADO DA ESCOLA CIVICO MILITAR DOMINGOS MARTINS, CEP:29890000
33	MUNIZ FREIRE	RUA CONEGO JOSÉ BAZARELLA , nº 98, CENTRO, SEGUNDO ANDAR, CEP:29380000
34	MUQUI	RUA MATHEUS PAIVA , nº 105, CENTRO, PREDIO DA UNIDADE SANITARIA MUQUI, CEP:29480000
35	NOVA VENÉCIA	RUA IBIRAÇU , nº 26, MARGARETH, CAF - CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO, CEP:29830000
36	PEDRO CANÁRIO	JOSE JESUINO DA ROCHA , nº 0, CENTRO, ANTIGO FUNRURAL, CEP:29970000
37	PIÚMA	AVENIDA BEIRA RIO , nº 185, ACAIACA, FARMACIA BASICA , CEP:29285000
38	PRESIDENTE KENNEDY	RUA DONA SENHORINHA , nº 18, CENTRO, ANTIGO AMA, CEP:29350000
39	RIO BANANAL	RUA JOÃO CIPRIANO , nº 520, SÃO SEBASTIÃO, CEP:29920000
40	RIO NOVO DO SUL	RUA CORONEL JOAQUIM ALVES , nº 1, CENTRO, AO LADO DA CAMARA MUNICIPAL, CEP:29290000
41	SANTA MARIA DE JETIBÁ	RUA FLORIANO BERGER , nº 294, CENTRO, PRÓXIMO AO DEPÓSITO DO SUPERMERCADO TRESSMANN, CEP:29645000
42	SANTA TEREZA	RUA DARLY NERTY VERVLOET , nº 422, CENTRO, CEP:29650000
43	SÃO DOMINGOS DO NORTE	RUA VALERIANO PAGANI , nº 0, CENTRO, CEP:29745000
44	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	RUA MANOEL FERREIRA MARQUES , nº 40, CENTRO, CEP:29470000
45	SÃO ROQUE DO CANAÃ	RUA OLÍVIO PERINI , nº 107, CINCO CASINHAS, CEP:29665000

ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA



Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
46	SERRA	AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO , nº 5416, PORTAL DE JACARAÍPE, CEP:29173756
47	SOORETAMA	RUA VISTA ALEGRE , nº 215, CENTRO,AO LADO DO NAPS, CEP:29927000
48	VARGEM ALTA	AV. TUFFY DAVID , nº 0, CENTRO, VARGEM ALTA/ES,UNIDADE DE SAUDE JERÔNIMO RIBEIRO,
49	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	AVENIDA LORENZO ZANDONADE , nº 840, VILA BETANEA, CEP:29375000
50	VIANA	AV GUARAPARI , nº 0, AREINHA,S\N AO LADO DA PADARIA EXPRESSA, CEP:29135000
51	VILA PAVÃO	RUA TRAVESSA PAVÃO , nº 80, CENTRO, CEP:29843000
52	VILA VALÉRIO	RUA ADEMAR HOFFMANN , nº 18, CENTRO, CEP:29785000
53	VILA VELHA	RUA PROJETADA , nº 15, JOÃO GOULART,RODOVIA DARLY SANTOS, CEP:29127066
54	VITÓRIA	AVENIDA JOÃO PALÁCIOS , nº 503, EURICO SALLES, CEP:29160161

ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA



Nº	INSTITUIÇÃO ESTADUAL	ENDEREÇO DE ENTREGA
01	CREFES – Centro de Reabilitação Física do Estado Do Espírito Santo	Setor de Almoarifado CREFES- Rua Gastão Roubach- s/n – Praia da Costa, Vila Velha – ES. Tel.: (27) 3636-2173. crefes.farmacia@saude.es.gov.br
02	DSPM – Diretoria de Saúde da Polícia	Av. Joubert de Barros, 555 – Bento Ferreira, Vitória – ES.
03	HEAC – Hospital Estadual de Atenção Clínica	Rod. Governador José Sette, Km 6,5, TUCUM – Alameda Élcio Alvares s/n Cariacica – ES. Tel.: (27) 3636-2821. heac.farmacia@saude.es.gov.br
04	HJSN – Hospital João dos Santos Neves.	Rua Dr. Hugo Lopes Nalle, 319 – Centro, Baixo Guandu- ES. Tel.: (27) 3732-2912. hjsn.farmacia@saude.es.gov.br
05	HMSA – Hospital Maternidade Silvio Avidos	Av. Silvio Avidos, nº 951 – Bairro São Silvano, Colatina – ES. Tel. (27) 3717-2463. hmsa.almoarifado@saude.es.gov.br
06	HPF - Hospital Pedro Fontes	BR 101, Rodovia do Contorno, Km 09 – Itanhenga, Cariacica – ES. CEP: 29157-405. Tel.: (27) 3254-5470. hpf@saude.es.gov.br
07	HSJC – Hospital Estadual São José do Calçado.	Rua Dr. José Fernandes Medina, s/n Centro, São José de Calçado – ES. Tel.: (28) 3556-2802. hsjc.almoxmedicamentos@saude.es.gov.br
08	UIJM – Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro	Almoarifado do Hospital – Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro. Av. Dr. José Farah, 34, Jerônimo Monteiro – ES. Tel.: (28) 3558-2618. uijm.almoarifado@saude.es.gov.br.

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
ÁGUA DOCE DO NORTE	2021	33903200000	12030000/ 12010000
AGUIA BRANCA	1030200342055	33903200000	1500
ALEGRE	140051030100562048	33903200000	12140000000/ 12130000000/ 12110000000
ALFREDO CHAVES	1200051030300182127	33903000000	1211/ 1214
ALTO RIO NOVO	160000160031012200232027	339030	1211
APIACÁ	600041030100122048	33903200000	1214/ 1211
ARACRUZ	273	33903200	1213/ 1211/ 1214
ATÍLIO VIVÁCQUA	423/ 423/ 423/ 423	33903009/ 33903009/ 33903009/ 33903009	121100020000/ 121100030000/ 121440010000/ 122000010000
BAIXO GUANDU	10011030300232105	33903200000	12140003000/ 12130001000/ 12110000000
BOA ESPERANÇA	80011030200232063/ 80011030200232063/ 80011030200232063	33903200000/ 33903200000/ 33903200000	12140000000/ 12110000000/ 12130000000
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3807/ 3812/ 3808/ 3813	33903009/ 33903299	121100000000/ 1214000040/ 121300003001/ 121400004001
CARIACICA	10303002920145	33903200/ 33903000	121100000000/ 121400020000/ 129000010000/ 1290000020000
CASTELO	160011030300532562	33903200000	1211/ 1213/ 1214
COLATINA	1300051030300382170	33903200000	12130000001/ 12140000004/ 12110000001
CONCEIÇÃO DA BARRA	10303001120089	33903203	121300000000/ 121400000000
DIVINO DE SÃO	10001001030100192028	33903200000	1211
DOMINGOS MARTINS	1000051030300282095	33903200002	1211000000
ECOPORANGA	137	33903200000	12140000

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
FUNDÃO	71001030200462140/ 71001030200462140	33903200000/ 33903000000	1214/ 1213/ 1211
GUAÇUÍ	90009011030100142036000 1/ 90009011030100142036000 1	339032000000/ 33903000000	214/ 213
GUARAPARI	393	33903009	1211/ 1212/ 1214
IBIRAÇU	1100051030100252090	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000
IBITIRAMA	700051030300072028/ 700011030100072020	33903200000/ 33903000000	1213/ 1211
ICONHA	700041030300142047/ 700011030100322111	33903200000/ 33909100000	1214/ 1213/ 1211/ 12900000002
ITAGUAÇU	800041030304042023	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000
ITAPEMIRIM	9014103030622091	33903200000	1211121312141530
JAGUARÉ	60001	33903000000/ 33903200000	1211/ 1214/ 1290
JOÃO NEIVA	331041030300332108	33903000000	12130000000/ 12140000000
LARANJA DA TERRA	110141030100362107/ 110141030100382120	33903000000/ 33903200000	2110000/ 2130000/ 2140000/ 5300000
MANTENÓPOLIS	80181030300542103	33903200000	1201000000/ 1202000004/ 1299000002
MIMOSO DO SUL	800051030100112058	33903200000	1213
MONTANHA	83053390321030100162077	339032	1214/ 1211/ 1213
MUNIZ FREIRE	10000051030200302110	3390300000/ 3390320000	12140000/ 12110000
MUQUI	50041030300292085/ 5004103030092086/ 50041030400302088	33903200000/ 33903200000/ 33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000

ANEXO III
RELATÓRIO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
NOVA VENÉCIA	800011030300822125	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000
PEDRO CANÁRIO	102	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000/ 22130000000/ 22140000000
PIÚMA	80011030300192063	33903200000	1214
PRESIDENTE KENNEDY	24004103030252150/ 2400410330252027	33903000000/ 33903200000/ 33903200000	124000000000/ 121400003001
RIO BANANAL	700011030300172231	33903200000	1211/ 1212/ 1214
RIO NOVO DO SUL	12051030200032084	33903200000	1214/ 1211/ 1213
SANTA MARIA DE JETIBÁ	80011030300182053	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000
SANTA TEREZA	120201030100642147/ 120201030100642147/ 120201030100642147	33903200000/ 33903200000/ 33903200000	1211/ 1213/ 1214
SÃO DOMINGOS DO NORTE	80101030300162074	33903000000	1211/ 1213/ 1214
SÃO JOSÉ DO CALÇADO	7000701103010292015	333903000	14
SÃO ROQUE DO CANAÃ	14051030300082027	33903000000/ 33903200000	1211000000/ 1213000001/ 1214000025
SERRA	1030302102190/ 1030302102190/ 1030302102190	33903202/ 33903205/ 33903205	12110000/ 12130000/ 12140000
SOORETAMA	50011030200243005	33903200000	12140000000
VARGEM ALTA	8010010303001620487	33903000000/ 12140000000	12130000000/ 12140000000
VENDA NOVA DO IMIGRANTE	60031030300122040	33903200000	1211/ 1213/ 1214
VIANA	50011030100212161/ 50011030100212161/ 50011030100212161/ 50011030200212162	33903200000/ 33903200000/ 33903200000/ 33903000000	1211000001/ 1214000000010/ 12130000010/ 12140000010

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
VILA PAVÃO	1600881030100232222/ 1600881030100282230/ 1600881030100312232/ 1600881030100312233	33903000000/ 33903200000/ 3903000000/ 33903000000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000/ 12900000000/ 12142100000
VILA VALÉRIO	3001001030331042102	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000/ 15400000000
VILA VELHA	2302/ 2303/ 2304	33903009/ 33903036/ 33903203	12110000/ 12120000/ 12140000
VITÓRIA	150110303000620035	33903009	121100000000/ 121400550000/ 121300580000

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RAFAEL FIGUEIREDO PALMEIRA
CIDADÃO
assinado em 07/04/2022 14:19:38 -03:00

JOSE MARIA JUSTO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 07/04/2022 14:26:45 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 08/04/2022 10:20:59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por EVANDRO RÉGIS LAMBERTI (ASSISTENTE GESTAO - DT - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-K1X1MJ>